



MPV 759
00196

EMENDA Nº
/

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

DATA
07/02/2017

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 759, DE 2016

TIPO

1 [x] SUPRESSIVA 2 [] AGLUTINATIVA 3 [] SUBSTITUTIVA 4 [] MODIFICATIVA 5 [] ADITIVA

AUTOR DEPUTADO CHICO LOPES	PARTIDO PCdoB	UF CE	PÁGINA 01
Art. 19 . (supressão)			

JUSTIFICAÇÃO

A autorização da aplicação da Legitimação Fundiária, sem critério de renda, tempo de posse, única propriedade e utilização – nos casos em que os municípios poderão conferir a propriedade plena aos ocupantes, gera insegurança jurídica e atenta contra a probidade administrativa e boa gestão do patrimônio público. O novo instrumento trata-se de transferência gratuita de propriedade sem critérios legais e por ato discricionário do Poder Público. Se também seja aplicado à regularização fundiária dos núcleos urbanos no âmbito do Programa Terra Legal na Amazônia (art. 30, caput, inciso I, da Lei nº 11.952, de 2009 – doação com critérios: até mil m², até 5 salários mínimos, não proprietário de outro imóvel urbano, uso moradia ou subsistência), a legitimação deturpa os critério da Lei 11.952/2009 em que se autoriza a doação, possibilitando a privatização de imóveis públicos sem o necessário interesse público e social para o rompimento da titularidade federal do domínio.

Além de ser inconstitucional, pois propriedade pública para ser regularizada em nome dos ocupantes depende expressamente de interesse público e social, mediante ato vinculado a critérios legais, o que não se observa no dispositivo.

Chama atenção que a MP nº 759 permite que a Lei 119.54/2009 feita para a Amazônia se aplique em todo o Brasil, e consequentemente este instrumento claramente inconstitucional.

07/02/2017
DATA

ASSINATURA

CD/17249.90445-41